



NOTÍCIAS MULTILATERAIS	1
Rodada Doha: negociadores intensificam discussões	1
APEC pede progresso na Rodada Doha	3
Relatório da UNCTAD: divisas, acordos regionais e modelos cambiais de PEDs	4
NOTÍCIAS REGIONAIS	6
Primeira rodada de negociações CAN-UE	6
BREVES MULTILATERAIS	7
NAMA: negociações aguardam maior progresso em agricultura	7
Conferência da FAO busca proteger a diversidade pecuária	7
BREVES REGIONAIS	8
Brasil é o 5º país que mais reduziu o uso de CFC	8
Venezuela: regresso à CAN	9
EVENTOS	10
Fóruns Multilaterais	10
Fóruns Regionais	10
INFORMAÇÕES ÚTEIS	11

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Rodada Doha: negociadores intensificam discussões

Agricultura e acesso a mercados

O presidente das negociações agrícolas da OMC, Crawford Falconer, afirmou que as primeiras duas semanas de negociações intensivas já geraram “algum progresso” na Rodada Doha de negociações agrícolas. Não há, entretanto, conteúdo suficiente para que se chegue a um acordo entre os Membros.

Durante as últimas semanas de negociação, oficiais seniores formaram um grupo – chamado “*core group*” - que reúne algumas das grandes potências comerciais da OMC. Fontes afirmam que o grupo tem tentado separar os temas que requerem decisões políticas daqueles que podem ser tratados tecnicamente. Os temas técnicos foram designados aos especialistas. Espera-se que este grupo - que inclui Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, Comunidades Europeias (CE), Índia, Japão, e Estados Unidos da América (EUA) - auxilie Falconer no avanço das negociações.

O foco das negociações ainda são as reuniões presididas por Crawford Falconer na “sala E” da OMC. Frequentadas por 36 delegações de Membros que possuem interesses comuns, estas reuniões ocorrem na parte da tarde, ao passo que as demais reuniões ocorrem pela manhã.

Na última semana, as reuniões tiveram como foco as exceções para o tratamento de tarifas comuns, desde os produtos sensíveis e especiais - que deverão ser protegidos da redução tarifária total - até os produtos tropicais - que deverão receber níveis adicionais de liberalização.

Produtos sensíveis

Todos os Membros - desenvolvidos e em desenvolvimento - poderão submeter os produtos sensíveis a cortes tarifários mais suaves que o normal.

PONTES Quinzenal também está disponível [online](#) e é atualizado a cada duas semanas.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do **Pontes Quinzenal**, envie uma mensagem para pontes@ictsd.ch. No título do e-mail escreva “inscrição” e, no corpo do texto, indique seus dados (nome completo e profissão) e como conheceu o periódico.

Isto seria a contrapartida à expansão de quotas de importação. Os delegados, entretanto, não discutiram pontos mais precisos, como o número exato de produtos sensíveis e a extensão precisa das quotas. Mercados agrícolas mais protegidos, como os da União Européia (UE) e os dos países do G-10, estão dispostos a diminuir novas importações. Importadores mais competitivos, por outro lado, são contrários às potenciais restrições.

Ao longo das semanas, os negociadores discutiram questões essencialmente técnicas que ainda necessitam ser resolvidas. Ao concordar em utilizar níveis de consumo doméstico como base para o cálculo da expansão de quotas, por exemplo, os Membros parecem caminhar em direção a um acordo; entretanto, poucos possuem números efetivos.

Produtos especiais: possíveis indicadores

Os países em desenvolvimento (PEDs) podem proteger seus produtos especiais de cortes tarifários padrão com base em critérios de segurança alimentar, garantia dos meios de subsistência e desenvolvimento rural. Esta capacidade, entretanto, tem sido desafiada por Washington, o maior oponente aos esforços do G-33 (aliança de PEDs que contam com um alto número de agricultores de subsistência) de manter um grau relativamente alto de proteção a tais *commodities*.

Conforme sugerido por Crawford Falconer, os delegados examinaram a lista de indicadores para avaliar os potenciais produtos especiais propostos em março passado pelo G-33. Esta foi a primeira vez que tais indicadores foram discutidos nas reuniões da "sala E". Alguns delegados mostraram-se otimistas em relação a um possível acordo sobre um texto inicial.

Os negociadores também verificaram a existência de dados que permitam que as partes envolvidas em uma negociação comercial identifiquem se um produto encaixa-se nos diferentes indicadores. Alguns países exportadores são favoráveis ao uso único de indicadores internacionais, mas o G-33 argumentou que os dados nacionais podem responder melhor às necessidades que levam à definição de produtos especiais.

O G-33 deseja que a alimentação de base - aquela que constitui a cesta básica do país ou que é essencialmente relevante à nutrição da população - seja elegível como produto especial. Alguns Membros exportadores argumentaram que poderia haver abuso deste indicador se os produtos fossem designados arbitrariamente. O G-33 afirmou que a maioria dos países possui dados que demonstram que tais *commodities* fazem parte, de fato, da cesta básica

nacional. O grupo também lembrou que a designação de um produto como "especial" poderá sempre ser questionada se não corresponder a nenhum indicador.

A Malásia mostrou-se preocupada com um indicador que tenha como base a importância do consumo doméstico de determinado produto em relação ao total das exportações mundiais, ou se uma parte significativa das exportações mundiais de tal produto é proveniente de um único país.

A sugestão de um indicador que tenha por objetivo proteger pequenos agricultores - ao analisar se determinada colheita é plantada em pequenas fazendas ou em propriedades até 10 hectares - não foi bem recebida por alguns países exportadores. Eles argumentaram que um limite de 10 hectares, mesmo sendo a metade do limite proposto pelo G-33, ainda é muito grande.

A proposta do G-33 de qualificar um produto como especial se esse contribuir significativamente à receita proveniente das tarifas agrícolas teve como resposta o argumento de vários Membros de que a relevância desse indicador depender da utilização da receita.

Talvez a proposta mais interessante tenha sido a de um indicador que concederia *status* de produto especial a *commodities* que tenham recebido algum tipo de subsídio distorcivo ao comércio. O negociador dos EUA, entretanto, alegou que tal indicador poderia incluir quase todos os produtos e respondeu com risos ao comentário da Índia de que o indicador também poderia enfrentar problemas de disponibilidade de dados, em clara alusão ao fato de que Washington não notifica seus subsídios à OMC desde 2001.

Quatro indicadores não foram discutidos em detalhe. São eles: agricultura de subsistência, regiões em desvantagem, valor agregado e baixa produtividade.

Mecanismo de salvaguarda especial

Nos dias 14 e 17 de setembro, os Membros discutiram os mecanismos de salvaguarda especial que poderão ser usados por PEDs para elevar suas tarifas acima dos níveis consolidados como forma de proteção contra ondas repentinas de importações e depreciação de preços.

As discussões mais detalhadas versaram sobre: cobertura de produtos; preços de importação e limites de volume que poderiam desencadear tarifas adicionais; natureza e tamanho dos aumentos tarifários temporários; e o volume de comércio preferencial (sob

acordos bilaterais ou multilaterais) que seria coberto pelo novo mecanismo.

O G-33, que é favorável a uma salvaguarda robusta, indicou que poderia aceitar limitar o mecanismo à produção doméstica e a seus substitutos.

Por outro lado, países exportadores opuseram-se ao aumento temporário de tarifas que excedam o nível máximo consolidado. O G-33 argumentou que o aumento pode ser necessário para que a salvaguarda seja efetiva.

Já é possível comemorar?

Fontes relatam que Crawford Falconer planejava concluir as discussões sobre acesso a mercados e iniciar discussões relativas ao apoio doméstico e subsídios à exportação, quando então os delegados teriam uma ou duas semanas para retornar às suas capitais e discutir os progressos da Rodada com seus respectivos ministérios.

Os delegados esperam que o presidente das negociações agrícolas circule um esboço de texto revisado sobre agricultura em meados de outubro. Espera-se que outro esboço, para produtos industriais, também seja divulgado na mesma época.

Questões políticas importantes, entretanto, ainda não foram resolvidas nas negociações, como por exemplo, os futuros limites para gastos com subsídios distorcivos - para os quais os EUA estão sendo pressionados a aumentar sua oferta. Questões relativas a cortes tarifários feitos por meio da fórmula geral também continuam no ar e UE e G-10 têm resistido a fazer maiores concessões.

Uma fonte acredita que se os Membros mostrarem sinais significativos de progresso nas negociações, o diretor geral da OMC, Pascal Lamy, deve convidar alguns ministros à Genebra para que finalizem o acordo em novembro.

Em todo caso, as discussões recentes parecem ter dado impressão de avanço aos negociadores. Crawford Falconer, entretanto, afirmou que apesar de ter havido real progresso, uma comemoração ainda não está garantida.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *BRIDGES Weekly Trade News Digest* Vol. 11, No. 13, 20 set. 2007.

APEC pede progresso na Rodada Doha

Nos dias 8 e 9 de setembro, os líderes de 21 países da costa do Pacífico declararam que nunca houve uma necessidade tão urgente de progresso nas hesitantes negociações comerciais da Rodada Doha. Todos comprometeram-se, uma vez mais, a trabalhar para a conclusão rápida do acordo global.

Reunidos em Sidnei, Austrália, para o fórum anual da Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC, sigla em inglês), os chefes de Estado prometeram maior vontade política, flexibilidade e ambição para garantir que as negociações da Rodada Doha entrem em sua fase final neste ano.

Não foi oferecida, entretanto, nenhuma perspectiva real sobre como esse objetivo pode ser alcançado. Um breve olhar sobre as declarações dos líderes da APEC feitas em 2005 revela exortações idênticas sobre romper o impasse nas negociações da Rodada Doha. Tais declarações servem apenas para sublinhar quão persistente tem sido o impasse.

A cúpula reunida em Sidnei observou que tem havido progresso real nas negociações, e os governos acreditam que as diferenças podem ser superadas com sucesso.

A declaração da cúpula fez referência à "primazia do sistema multilateral de comércio", e enfatiza que as negociações da OMC "oferecem um potencial incomparável" de redução das barreiras comerciais e criam "um mercado global mais livre, mais justo e mais seguro, dentro do qual todos nós competimos". Por outro lado, a declaração foi favorável aos acordos bilaterais e regionais, e deixou as portas abertas para um acordo de livre comércio ampliado da APEC.

A área de livre comércio da costa do Pacífico seria estendida da Rússia, China, Japão e Austrália até o Canadá, Estados Unidos da América (EUA), México e Chile, de modo a abarcar quase metade do comércio internacional e uma parcela ainda maior do PIB mundial. Ainda que essa idéia seja reavivada sempre que as negociações multilaterais entram em um impasse, na prática, os membros da APEC permanecem distantes de suas "Metas de Bogor" de 1994, que propunham uma completa liberalização do comércio e do investimento entre os países desenvolvidos até 2010 (e entre os países em desenvolvimento uma década depois).

Entre as poucas grandes economias do mundo que não pertencem à APEC, encontram-se: União

Européia, Brasil, Argentina, África do Sul, Nigéria e Índia.

A cúpula da APEC também adotou uma meta de redução das emissões de gases de efeito estufa, um objetivo não vinculativo que tem sido amplamente ridicularizado por grupos ambientalistas.

Genebra: NAMA ainda aguarda progresso em agricultura

Alguns oficiais ligados ao comércio enxergaram o otimismo da cúpula de Sidnei com ressalvas. Em discurso aos líderes empresariais da APEC, o Presidente estadunidense, George W. Bush, referiu-se especificamente às negociações retomadas em Genebra e afirmou que os EUA estão dispostos a concluir com sucesso a Rodada Doha. Bush também pediu que seus parceiros da APEC juntem-se aos EUA nesse esforço vital.

O Comissário de Comércio da União Européia (UE), Peter Mandelson, afirmou esperar que esse compromisso político do presidente estadunidense traduza-se em movimentos concretos de negociação, particularmente no que diz respeito aos subsídios agrícolas. Muitos países em desenvolvimento (PEDs) argumentam que quaisquer concessões futuras, especificamente em tarifas industriais, exigirão que Washington reduza substancialmente sua proposta de gastos máximos com o setor agrícola.

Em conversa com o comitê de comércio internacional do Parlamento Europeu, em 11 de setembro, Peter Mandelson recebeu com entusiasmo o endosso da APEC de utilização dos esboços de acordo de agricultura e bens industriais como base para finalização do acordo. Ele alertou que o fracasso de um acordo sobre subsídios e cortes tarifários congelaria a rodada por tempo indeterminado.

Após solicitar aos EUA mudanças nos subsídios agrícolas, Peter Mandelson pediu que o Brasil e a Índia fizessem sua parte nas negociações e reduzissem tarifas de produtos industriais. Aos membros da UE, Peter pediu que avançassem o máximo possível no que tange a acesso a mercados agrícolas e redução de subsídios.

As demandas por cortes tarifários têm sido controversas, pois os tetos vinculativos para tarifas e subsídios têm sido a moeda de troca tradicional nas negociações da OMC. Anos de liberalização autônoma de tarifas deixaram Índia e Brasil com tarifas aplicadas a muitos produtos tão baixas, que só poderiam ser equilibradas por cortes percentuais profundos em seus tetos de tarifas com caráter vinculativo. As tarifas

agrícolas aplicadas da UE, em contraste, ainda estão próximas do máximo permitido. E ainda que as reformas nos subsídios tenham trazido os subsídios agrícolas atuais de Bruxelas e Washington para níveis bem abaixo de seus respectivos tetos vinculativos, nenhum dos dois Membros ofereceu ir além do que já estava planejado.

Um diplomata comercial sugeriu que a disposição da Indonésia e das Filipinas, ambos membros do NAMA-11, de assinar o endosso da APEC ao texto de NAMA como base de negociação, demonstra um abrandamento do debate. Outros delegados disseram, entretanto, que em comparação às negociações em curso, as discussões sobre tarifas industriais provavelmente serão retomadas lenta e cuidadosamente e terão como foco inicial assuntos menos controversos.

Os negociadores parecem esperançosos, ainda que não convencidos, acerca da habilidade da administração dos EUA em fazer as concessões necessárias para que se chegue a um acordo. Por outro lado, o Primeiro-Ministro da Malásia, Abdullah Badawi, afirmou ser muito difícil estar otimista quanto à conclusão da Rodada Doha, porque para ele, as grandes potências não se mostram suficientemente flexíveis de modo a possibilitar maiores avanços.

Inúmeros observadores comerciais mostraram-se preocupados com as críticas da Representante de Comércio dos EUA, Susan Schwab, à Argentina, ao Brasil e à Índia. Ela afirmou repetidamente que estes países não estavam dispostos a comprometerem-se. Os observadores sugerem que a prática de “apontar culpados” é rara no jogo das negociações diplomáticas, e que é possível que a administração dos EUA esteja simplesmente evitando ser apontada como culpada por um eventual fracasso.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly* v. 11, n. 30, 12 set. 2007.

Relatório da UNCTAD: divisas, acordos regionais e modelos cambiários de PEDs

No início deste mês foi publicado relatório da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD, sigla em inglês), intitulado *Trade and Development Report 2007*. O estudo destaca o aumento das exportações dos países em desenvolvimento (PEDs) e conseqüentes desafios e oportunidades deste crescimento. Além disso, faz uma avaliação crítica dos acordos comerciais recentemente firmados por PEDs, principalmente com países desenvolvidos, e analisa os efeitos que as oscilações

nos modelos cambiais trazem ao comércio internacional.

O relatório apresenta um panorama econômico positivo para 2007 e prevê que o crescimento econômico mundial continuará, pelo quinto ano consecutivo, em torno de 3,4%. Este é um crescimento que beneficiaria os PEDs na medida em que cresce a forte demanda mundial por produtos básicos. No caso da América Latina e da Ásia Ocidental, o relatório prevê que o crescimento será de cerca de 5%, motivo pelo qual a UNCTAD espera progressos ainda maiores em relação aos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas.

Também de acordo com o relatório da UNCTAD, a expansão econômica vivenciada nos últimos anos foi estimulada pelo forte aumento das rendas de exportação, o que resultou em uma melhora das trocas comerciais, especialmente para os PEDs. A participação destes no comércio mundial passou de 29% em 1996 para 37% em 2006. Uma das consequências deste aumento é que muitos PEDs registraram *superávit* pela primeira vez desde o início dos anos 70.

O “novo regionalismo”

Um dos temas centrais analisados no relatório é o chamado “novo regionalismo”, ou seja, o enfraquecimento do multilateralismo resultante das preferências dos países pelas relações comerciais regionais e bilaterais, diante da frustração que sentem alguns governos com a lentidão das negociações comerciais na OMC. O relatório esclarece que a tendência do “novo regionalismo” é resultado da crença de que o acesso a mercados dos países desenvolvidos e a atração de investimentos estrangeiros diretos procedentes desses países são fundamentais para uma integração satisfatória na economia mundial.

Diante da proliferação de acordos comerciais entre países desenvolvidos e PEDs – o número de acordos comerciais notificados ao GATT/OMC passou de 20 em 1990 a 86 em 2000 e a 159 em 2007 –, a UNCTAD chama todos a refletir. De modo geral, a Organização destaca que ao eliminar tarifas e outras barreiras comerciais, os PEDs renunciam à possibilidade de utilização de instrumentos muito importantes e eficazes de política industrial e agrícola, indispensáveis à criação de novas capacidades produtivas, de uma industrialização mais tecnológica e de mudanças estruturais em suas economias.

A UNCTAD admite que, em algumas ocasiões, os acordos comerciais implicam no aumento dos investimentos estrangeiros e das trocas comerciais. Ela

ressalta, entretanto, que esses acordos acabam por exigir uma ampla liberalização dos investimentos e das compras governamentais; novas normas sobre determinados aspectos da política concorrencial; e regras mais rígidas sobre direitos de propriedade intelectual. A Organização também destaca que, dado o caráter recíproco dos acordos comerciais entre os países desenvolvidos e os PEDs, estes últimos podem perder o tratamento especial e diferenciado que lhes poderia ser concedido em outros acordos.

O relatório também mostra que especialistas questionam os benefícios dos acordos comerciais bilaterais devido ao caráter ortodoxo das reformas que os promovem e diante dos impactos bastante modestos obtidos por essas reformas no crescimento e nas mudanças estruturais dos PEDs. Além disso, a UNCTAD ressalta que os países desenvolvidos não estão dispostos a eliminar as maiores barreiras à entrada de PEDs em seus mercados agrícolas, como é o caso dos subsídios. É certa, no entanto, a perda de espaço para políticas públicas.

Um novo código de conduta para a concorrência

A UNCTAD considera que é provável que os países precisem de um novo “código de conduta” que regulamente a concorrência geral entre as nações, a fim de evitar a manipulação de modelos cambiais, salários, impostos e subsídios. Quanto à oscilação dos modelos cambiais sobre a estabilidade e competitividade dos países, o relatório conclui que as variações reais deveriam estar sujeitas à supervisão e à regulamentação multilaterais.

Enquanto um acordo multilateral deste tipo não é elaborado, a UNCTAD recomenda que os PEDs mantenham certa flexibilidade para administrar seus modelos cambiais e um número eficiente de instrumentos para evitar uma excessiva instabilidade no setor externo.

O relatório completo da UNCTAD encontra-se disponível em:
<<http://www.unctad.org/Templates/webflyer.asp?docid=8951&intItemID=2068&lang=1>>.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal* v. 4, n. 16, 18 set. 2007.

NOTÍCIAS REGIONAIS

Primeira rodada de negociações CAN-UE

Teve início, no dia 17 de setembro, a primeira rodada de negociações para a elaboração e celebração de um Acordo de Associação entre a Comunidade Andina de Nações (CAN) e a União Européia (UE). A cerimônia de abertura da rodada ocorreu em Bogotá, Colômbia, e foi conduzida pelo presidente colombiano, Álvaro Uribe Vélez, que exerce atualmente a presidência *pro tempore* da CAN.

Durante esta primeira rodada, foram definidas as mesas de negociação conforme os três pilares fundamentais do acordo: diálogo político, cooperação e comércio. O grupo de diálogo político discutirá a inserção de temas como democracia e direitos humanos, migrações, desenvolvimento social, meio ambiente e utilização sustentável dos recursos, desenvolvimento econômico, cultura e preservação do patrimônio cultural no acordo de associação entre dois blocos. Vários destes temas já fazem parte do Acordo de Diálogo Político e de Cooperação firmado em 2003, mas este ainda aguarda as ratificações necessárias para sua entrada em vigor.

O histórico de cooperação entre os blocos mostra que nos anos setenta a cooperação foi restrita ao âmbito comercial. Na década seguinte, enfatizou-se a cooperação para o desenvolvimento. Foi somente nos anos 90 que teve início a construção de um conjunto de mecanismos de cooperação industrial, científica, tecnológica e inter-empresarial, marcada pela celebração do Acordo Marco de Cooperação CAN-UE em 1992, que se encontra atualmente em vigor. O grupo de cooperação definido nesta rodada de negociações pretende ampliar este escopo de modo a incluir temas como governança, apoio à reforma institucional, justiça e segurança, cooperação científica e tecnológica, entre outros.

Comércio: prioridade na rodada de negociações

As negociações comerciais devem ser o enfoque principal das primeiras reuniões de negociação entre os blocos. Por este motivo, o grupo de comércio foi dividido em 14 mesas, que cuidarão dos seguintes temas: (i) acesso a mercados para setores não agrícolas; (ii) acesso a mercados para o setor agrícola; (iii) assimetrias e tratamento especial e diferenciado; (iv) regras de origem; (v) assuntos aduaneiros e facilitação ao comércio; (vi) barreiras técnicas ao comércio; (vii) medidas sanitárias e fitossanitárias; (viii) defesa comercial; (ix) serviços e investimentos; (x) compras governamentais; (xi) propriedade intelectual;

(xii) concorrência; (xiii) solução de controvérsias; e (xiv) comércio e desenvolvimento sustentável.

Segundo números fornecidos pela própria CAN, o comércio com a Europa alcançou US\$ 16.595 milhões em 2006, o equivalente a cerca de 52,2% a mais que há dez anos. Também em 2006, as exportações dos quatro países andinos à UE somaram US\$ 9.336 milhões, um aumento de 68,5% em relação à década anterior. As exportações européias à CAN, por sua vez, aumentaram em 35,4% nos últimos dez anos.

Assimetrias

As negociações entre a CAN e a UE refletem diretamente os diferentes processos de integração dos blocos. Enquanto a UE negocia como um bloco coeso, com interesses únicos representados por um único negociador, a CAN tenta conciliar os interesses de cada um de seus países membros durante as negociações e é representada por quatro negociadores.

A condução das negociações entre CAN e UE para elaboração do acordo de associação fica a encargo da Comissão da Comunidade Européia, que representa a Comunidade e seus Estados-Membros. Os países membros da CAN, por sua vez, conduzem as negociações em nome do bloco, uma vez que trata-se de uma organização inter-governamental.

O Secretário Geral da CAN, Freddy Ehlers, mostrou-se preocupado com a coesão e consenso entre os países andinos, essenciais para que possam negociar com a UE como um bloco. Este deve ser o maior desafio da CAN, pois as divergências de interesse entre os quatro países já começam a aparecer. Enquanto Colômbia e Peru mostram-se mais entusiasmados com as negociações comerciais, Equador e Bolívia já manifestaram suas reservas em relação a uma maior abertura comercial.

O Acordo de Associação

A celebração do acordo de associação é um processo mais complexo e abrangente do que a assinatura de um acordo bilateral de livre comércio. Isso porque além do enfoque comercial, o acordo entre UE e CAN também versa sobre diálogo político e cooperação entre os blocos.

Na UE, os acordos de associação são os acordos mais completos celebrados pelo bloco com terceiros, com exceção daqueles celebrados com países que pretendem ingressar na Comunidade.

Ao celebrar este acordo com a UE, a CAN objetiva, majoritariamente, aumentar os investimentos nos

países do bloco. Um acordo de associação asseguraria aos andinos acesso preferencial ao mercado europeu, o que, conseqüentemente, incentivaria a entrada de maiores investimentos.

Próximas rodadas

Os negociadores estabeleceram um prazo de dois anos para o encerramento das negociações e a celebração do acordo final. Já estão previstas as datas das próximas rodadas de negociações: dezembro deste ano, em Bruxelas; fevereiro de 2008, em cidade andina a ser definida; e abril de 2008, novamente em Bruxelas.

Reportagem: Equipe Pontes

Fontes consultadas:

CAN. Acuerdo de Asociación CAN-UE. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/externo/ue.htm>>.

Acesso em: 21 set. 2007.

CAN. CAN y la UE empiezan rayando la cancha, afirma Solón. 18 set. 2007. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/prensa/notas/np18-9-07a.htm>>. Acesso em: 21 set. 2007.

Agencia Periodística del Mercosur. Los andinos negocian con Europa. 17 set. 2007. Disponível em: <http://www.prensamerocosur.com.ar/apm/nota_completa.php?idnota=3628>. Acesso em: 21 set. 2007.

BREVES MULTILATERAIS

NAMA: negociações aguardam maior progresso em agricultura

Antes de decidir como os grandes mercados mundiais reduzirão as tarifas de produtos manufaturados, os negociadores de bens industriais da OMC aguardam maiores sinais de progresso nas negociações da Rodada Doha de agricultura.

Diplomatas de comércio relataram que o presidente das negociações de acesso a mercados de bens não agrícolas (NAMA, sigla em inglês), o Embaixador do Canadá, Don Stephenson, não irá tratar das questões mais centrais – fórmula geral de redução tarifária, exceções que permitem que países em desenvolvimento (PEDs) protejam certos produtos de cortes tarifários e tratamento de linhas tarifárias não

consolidadas – durante a semana de consultas sobre NAMA.

O Embaixador irá reunir-se com os Membros que trazem propostas para alguns dos temas “não centrais”, como o grupo das economias pequenas e vulneráveis (SVEs, sigla em inglês) ou o grupo de países pobres com limites de tarifas consolidadas inferiores a 35%, conhecido como “grupo do parágrafo 6”. Ambos buscam tratamento especial diferente daquele concedido aos PEDs. Após este encontro, o presidente das negociações de NAMA irá conversar com números menores de negociadores provenientes de diferentes regiões e alianças.

Uma fonte afirmou que Don Stephenson deve concentrar-se nos temas centrais somente na primeira semana de outubro, em alusão a uma carta enviada pelo Embaixador canadense às delegações dos Membros na semana passada.

Desta maneira, diferentemente das negociações agrícolas, as negociações de NAMA passam por um processo mais cauteloso. A principal razão para isso foi o fato do esboço de texto de Don Stephenson não ter sido muito bem recebido em julho. O grupo NAMA-11, em especial, afirmou que o texto demandava os PEDs de modo injusto. As SVEs e o “grupo do parágrafo 6” também acharam que o tratamento tarifário especial concedido a eles era muito oneroso.

As conversas devem seguir a partir dos parâmetros estabelecidos por Don Stephenson, mas os negociadores esperam que maiores progressos nas negociações agrícolas – que têm ocorrido modestamente – incentivem o progresso nas negociações de NAMA.

O Embaixador canadense deve revisar seu esboço de texto de modalidades e apresentá-lo na mesma época que o texto revisado sobre agricultura. Os negociadores esperam que isso ocorra no final de outubro.

Tradução de artigo originalmente publicado em *BRIDGES Weekly Trade News Digest* Vol. 11, No. 31, 20 set. 2007.

Conferência da FAO busca proteger a diversidade pecuária

Ocorreu em Interlaken, Suíça, de 3 a 7 de setembro de 2007, a primeira Conferência Técnica Internacional sobre Recursos Genéticos Animais para a Alimentação e a Agricultura. Esta foi a primeira conferência

intergovernamental focada exclusivamente nos recursos genéticos animais (RGAs).

A conferência criou um plano de ação para proteger a diversidade dos animais de granjas e o uso sustentável dos RGAs. Com o crescimento das populações humanas e seu consumo de carne, ovos e laticínios, alguns animais de granja tornam-se mais populares em detrimento de inúmeros outros. De acordo com um recente relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, sigla em inglês), o mundo perde hoje uma espécie de gado tradicional por mês. A conferência considera de suma importância manter a variedade de espécies diante dos males que as mudanças climáticas e as novas doenças e pragas animais podem gerar para a segurança alimentar mundial.

O plano global contém quatro áreas estratégicas: a) inventário, monitoramento e caracterização; b) uso sustentável; c) conservação; e d) políticas, instituições e construção de capacidades. A execução deste plano de ação, entretanto, depende da obtenção de recursos financeiros apropriados, um dos temas levantados durante a Conferência.

Outro tema que se mostrou controverso foi a negação de Argentina, Brasil, Estados Unidos da América (EUA), Austrália e Irã em utilizar um texto que possibilite o emprego de subsídios que não causem distorções ao comércio internacional para a proteção *in situ* dos RGAs, tal como pretendiam Índia, Suíça e União Européia (UE). O primeiro grupo de países bloqueou a possibilidade da Conferência de abrir qualquer brecha para escapar dos compromissos assumidos na OMC no que tange aos subsídios de “caixa verde”.

A pesar dos avanços da Conferência, muitos temas ainda ficaram pendentes e devem ser tratados futuramente. É o caso, por exemplo, do reconhecimento dos proprietários de granjas como contribuintes à preservação da biodiversidade animal e os possíveis direitos e prerrogativas que isso poderia gerar, bem como a importância dos direitos de propriedade intelectual (DPIs). Acredita-se que os DPIs poderiam ser a chave para os RGAs de granja, dados os avanços na melhoria tradicional das espécies e da biotecnologia moderna.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal* v. 4, n. 16, 18 set. 2007.

BREVES REGIONAIS

Brasil é o 5º país que mais reduziu o uso de CFC

De acordo com documento produzido pela Divisão de Estatísticas da ONU e publicado em 14 de setembro de 2007, o Brasil é o quinto país que mais reduziu o uso de clorofluorcarbonos (CFC) entre 1995 e 2005. O país diminuiu em 9.928 toneladas suas emissões do gás. Esse volume só é inferior àquele reduzido por China (62.167 toneladas), Estados Unidos da América (34.033 toneladas), Japão (23.063 toneladas) e Rússia (20.641 toneladas) no mesmo período.

Em 1995, o Brasil era o quinto país que mais utilizava CFC (10.895 toneladas). Dez anos depois, a queda apresentada foi de 91,1%. Mais expressivas ainda foram as eliminações *totais* do uso de CFC por 29 países, entre eles Japão, Canadá e Israel.

A publicação destes dados foi comemorada no 20º aniversário do Protocolo de Montreal, documento que define as metas de redução do lançamento de gases que danificam a camada de ozônio, notadamente: clorofluorcarbonos (CFCs, usados principalmente por antigos aparelhos de refrigeração e por *sprays*) e o brometo de metila (veneno empregado na agricultura e na esterilização de produtos para a exportação).

No discurso de comemoração dos 20 anos do Protocolo de Montreal, o administrador-adjunto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Ad Melkert, destacou o sucesso do acordo. Ele espera que até 2075 a camada de ozônio que protege a Terra volte a ter os mesmos níveis que apresentava na década de 80.

20 anos de Protocolo de Montreal

O Protocolo de Montreal foi assinado em 16 de setembro de 1987 e entrou em vigor em 1989, com a ratificação de 191 países. Ele reconhece que emissões em escala mundial de certas substâncias podem destruir de modo significativo a camada de ozônio e causar efeitos adversos à saúde humana e ao meio ambiente. O protocolo criou um fundo multilateral que tem como objetivo financiar projetos de proteção à camada de ozônio, principalmente em países em desenvolvimento (PEDs).

Já existem diversos projetos nacionais de redução de gases causadores do efeito estufa e sua implementação em nível nacional recebe suporte de quatro agências internacionais: PNUD; Banco Mundial; Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

(PNUMA); e Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO, sigla em inglês).

No Brasil, a redução da emissão de gases nocivos à camada de ozônio é fruto da implementação do Plano Nacional de Eliminação de CFCs, programa sob responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente e do PNUD. O projeto teve início com uma campanha de erradicação do uso de aerossóis, passou pela proibição progressiva da fabricação de *sprays*, refrigeradores e aparelhos de ar-condicionado que utilizassem CFCs e terminou com a proibição total às importações desta substância.

Segundo Ruy Góes, diretor de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, o Protocolo de Montreal elevou a consciência ambiental dos governos dos países e mostrou que é possível que as nações articulem-se para solucionar os problemas da humanidade, sejam eles ambientais ou não.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Protocolo de Montreal relativo às substâncias que destroem a camada de ozônio (1990). Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/m_99280p_1990.htm>. Acesso em: 21 set. 2007.

Plano Nacional de Eliminação de CFCs (2002). Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sqa/ozonio/doc/plano.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2007.

Setor de reportagens, PNUD. “Brasil está entre 5 que mais reduziram CFC”, 14 de setembro de 2007. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/meio_ambiente/reportagens/index.php?id01=2770&lay=mam>. Acesso em: 21 de set. 2007.

Divisão de Estatísticas da ONU. “Consumption of ozone-depleting CFCs in ODP metric tons”. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/mdg/SeriesDetail.aspx?srid=649>>. Acesso em: 21 de set. 2007.

Setor de notícias, PNUD. “Protocolo de Montreal deve inspirar acordo sobre clima”, 17 de setembro de 2007. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/meio_ambiente/reportagens/index.php?id01=2771&lay=mam>. Acesso em: 21 de set. 2007.

Venezuela: regresso à CAN

No final de agosto e início de setembro, intensificaram-se as ofertas oficiais por parte dos países Membros da Comunidade Andina de Nações (CAN) e de seu Secretário Geral, Freddy Ehlers, para que a Venezuela reconsidere o regresso a esse bloco. A dura posição da Venezuela tem atenuado-se a ponto desta aceitar participar de uma reunião extraordinária de mandatários da CAN, que teria como única finalidade discutir a tão esperada volta de Caracas.

O Equador ofereceu-se para organizar esta reunião extraordinária, que seria realizada no arquipélago de Galápagos. O Presidente venezuelano, Hugo Chávez, mostrou-se disposto a assistir tal reunião, com a finalidade de fazer propostas, objeções e recomendações ao bloco. Ele também afirmou que sua posição não é condicionada pela política dos outros Membros do bloco, ainda que oficialmente o governo acredite que a assinatura dos tratados de livre comércio da Colômbia e do Peru com os Estados Unidos da América (EUA) afetaria a Venezuela, ainda que indiretamente.

Hugo Chávez também insistiu na necessidade de construção de uma nova CAN, fundamentada na integração e na união, posição esta relativamente recente. Ainda em julho deste ano, o Presidente venezuelano descartava a possibilidade de reavaliar sua reincorporação à Comunidade Andina, pois alegava que seus esforços estavam concentrados no ingresso da Venezuela no Mercosul.

Apesar das discrepâncias quanto às relações da Venezuela com os EUA – e talvez também com a União Européia -, parece existir um consenso entre os Membros da CAN ao apoiar o regresso da Venezuela.

De fato, foi o Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, que exerce atualmente a Presidência *Pro Tempore* do bloco andino, quem propôs a realização de uma reunião extraordinária para tratar deste assunto. Álvaro Uribe também expressou sua intenção de trabalhar para a criação de normas que conciliem o caminho político escolhido pela Venezuela com o marco de interesses da CAN.

Quanto ao fato da Venezuela voltar a fazer parte do bloco como membro pleno ou sócio, o Secretário Geral Freddy Ehlers explicou que esta decisão deverá ser tomada pelos mandatários em sua próxima reunião. Em todo caso, é importante lembrar que a renúncia do Acordo de Cartagena por parte da Venezuela foi feita recentemente, em abril de 2006 e que, ao menos no que se refere às vantagens recebidas e outorgadas conforme o Programa de Liberação da Sub-região, as mesmas continuarão em vigor para a Venezuela por

cinco anos, contados a partir da data da renúncia, segundo estipulado no artigo 135 do Acordo.

Finalmente, o fato da Venezuela ainda não ter negociado nem concluído os termos de sua retirada é avaliado como um fator facilitador para que o país seja reincorporado como membro pleno.

Tradução de artigo publicado originalmente em *Puentes Quincenal*, Vol IV, No. 16, 18 de set. 2007.

EVENTOS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf>.

25 de setembro

Reunião do Órgão de Solução de Controvérsias

26 de setembro

Reunião do Comitê de Agricultura

28 de setembro

Reunião do Órgão de Solução de Controvérsias

Reunião do Conselho para o Comércio de Serviços

Reunião do Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento

01 e 03 de outubro

Reunião do Órgão de Revisão de Políticas Comerciais

Reunião do Grupo de Trabalho sobre Regulamentação

Doméstica

01 de outubro

Reunião do Grupo de Negociações em Facilitação ao Comércio

02 e 03 de outubro

Reunião do Conselho para o Comércio de Serviços

04 e 05 de outubro

Fórum Público da OMC 2007 – *How can the WTO help harness the globalization?*

08 de outubro

Reunião do Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento

Reunião do Comitê sobre Licenciamento à Importação

UNCTAD

Informações:

<<http://www.unctad.org/Templates/Calendar.asp?frmCategory=0&frmKeyword=&frmMonth=5&frmYear=2007&frmNoOfMonths=1&Action=Do+search&intItemID=2068&lang=1&year=2004&month=10&day=1>>.

01 e 11 de outubro

54ª Sessão do Conselho de Comércio e Desenvolvimento

Local: Genebra, Suíça.

02 de outubro

Audiência com a sociedade civil e o setor privado

Local: Genebra, Suíça.

Convenção sobre Diversidade Biológica

07 de outubro

Reunião da COP-8

Local: Montreal, Canadá.

Fóruns Regionais

CEPAL

Informações:

<<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades/>>.

27 de setembro

Encontro sobre modelos macroeconômicos na América Latina

Local: Santiago, Chile.

04 de outubro

Seminário “Políticas públicas para a inclusão social”

Local: Santiago, Chile.

Mercosul

Informações:

<<http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/es/reuniao/redirecionada.htm>>.

25 de setembro

Reunião de Alto Nível sobre Reforma Institucional

Reunião de Trabalho sobre Integração Produtiva

Local: Montevideu, Uruguai.

26 de setembro

Reunião Preparatória da 69ª Reunião Ordinária do Grupo Mercado Comum

Local: Montevideu, Uruguai.

27 de setembro
69ª Reunião Ordinária do Grupo Mercado Comum
Local: Montevideu, Uruguai.

01 e 02 de outubro
Reunião do Grupo de Trabalho *Ad Hoc* sobre a Venezuela
Local: Montevideu, Uruguai.

01 a 03 de outubro
Reunião das Comissões Técnicas do Mercosul
Local: Montevideu, Uruguai.

04 de outubro
1ª Reunião do Grupo Especial sobre Biocombustíveis
Local: Montevideu, Uruguai.

08 a 12 de outubro
Reunião do Comitê Técnico n. 1 sobre Tarifas e Nomenclatura
Reunião sobre o Código Aduaneiro do Mercosul
Local: Montevideu, Uruguai.

OCDE

Informações:
<http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_201185_32618737_1_1_1_1,00.html>.

01 a 03 de outubro
Conferência sobre mudanças climáticas e turismo
Local: Davos, Suíça.

INFORMAÇÕES ÚTEIS

ONU adota declaração sobre os direitos dos povos indígenas

A Assembleia Geral da ONU adotou, em 13 de setembro de 2007, declaração que destaca os direitos de cerca de 370 milhões de indígenas no mundo e condena a discriminação contra esses povos. A “Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas” foi aprovada com 143 votos a favor, 11 abstenções e quatro votos contra – Austrália, Canadá, Nova Zelândia e Estados Unidos da América. O esboço da declaração, as propostas de emenda e sua versão final podem ser acessados em: <<http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/en/declaration.html>>.

UNCTAD publica relatório sobre cooperação regional

A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) publicou, em 5 de

setembro de 2007, relatório intitulado “*Regional Cooperation for Development*”. Nele, recomenda-se que os países em desenvolvimento fortaleçam a cooperação regional entre si e que procedam cuidadosamente com tratados bilaterais Norte-Sul ou acordos de comércio regionais. O relatório também sugere que os esforços de promoção de integração regional sejam mais que a simples liberalização do comércio. O conteúdo completo do relatório pode ser acessado em: <http://www.unctad.org/en/docs/tr2007_en.pdf>.

OCDE divulga estudo sobre educação

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou, em 18 de setembro de 2007, estudo sobre educação que revela que o Brasil é o país que menos investe no setor dentre os 34 países analisados. Para mais informações sobre o estudo, acesse: <<http://www.oecd.org/edu/eag2007>>.

Relatório da OCDE contesta aspecto benigno dos biocombustíveis

Resultado de uma mesa-redonda de especialistas em biocombustíveis convidados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o estudo intitulado “*Biofuels: is the cure worse than the disease?*” discute aspectos técnicos relacionados à produção de biocombustíveis, bem como políticas nacionais e internacionais para a promoção de sua produção. O estudo pode ser acessado na íntegra no link: <<http://www.oecd.org/dataoecd/33/41/39276978.pdf>>.

Esalq discute oportunidades para um novo modelo energético

A Escola Superior de Agricultura (Esalq) sediará, nos dias 25 e 26 de setembro, o “Simpósio de Agroenergia e Biocombustível”. O evento visa à criação de novas oportunidades para o agronegócio – voltando-se, especificamente, para os temas “Contexto da agroenergia no Brasil e no mundo”, “Matérias-primas”, “Pesquisa e inovações tecnológicas” e “Sustentabilidade e políticas públicas”. O público-alvo são estudantes de graduação e pós-graduação, professores, pesquisadores e profissionais ligados à área. A programação, local e preços de inscrição podem ser consultados em <www.fealq.org.br>, via e-mail (<cdt@fealq.org.br>) ou pelo telefone (019) 3417-6604.

Fórum Público da OMC avaliará mecanismos de solução de controvérsias

O Fórum Público de 2007 da OMC examinará o papel do mecanismo de solução de controvérsias no sistema multilateral de comércio e ocorrerá em 4 e 5 de outubro de 2007, na sede da OMC, em Genebra. A sessão será aberta a todos os interessados. Para maiores informações, acesse: <http://www.wto.org/english/forums_e/public_forum2007_e/public_forum07_e.htm>.

Chamada para artigos sobre integração

A revista do Mestrado em Integração Latino-Americana da Universidade Federal de Santa Maria (RILA) lançou chamada de artigos para seu sétimo número. Os artigos devem priorizar temas relacionados à integração na América Latina. Os interessados devem enviar seus artigos até o dia 10 de novembro de 2007 para o e-mail rila@mail.ufsm.br. As normas de publicação da revista podem ser acessadas em: <<http://www.ufsm.br/mila/publicacoes/revista-reppila.htm>>.

Apoio a pesquisas sobre países intermediários e intercâmbio com Brasil

Em parceria com a Fundação Ford, o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) organiza o III Concurso de Dotações para Pesquisas sobre as relações Sul-Sul, com destaque para Brasil, Índia e África do Sul. As propostas devem ser enviadas até 30 de novembro de 2007. O apoio será concedido por meio de dotações individuais, a partir de um concurso nacional que selecionará até oito bolsistas. O edital do concurso pode ser acessado no link: <<http://www.iuperj.br/destaques/folderibsa-concurso2007.pdf>>.

CAN organiza encontro sobre mudança climática na América Latina

O encontro "Clima Latino", organizado pela Secretaria Geral da Comunidade Andina de Nações (CAN) e pelos municípios de Quito e Guayaquil, ocorrerá dos dias 15 a 18 de outubro nestas duas últimas cidades. O evento tem como objetivo debater a situação atual das mudanças climáticas e seus efeitos na América Latina e auxiliar governos, instituições e cidadãos sobre como enfrentar esse problema mundial. A programação completa do evento encontra-se disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/climalatino.htm>>.

Edições anteriores de **PONTES Quinzenal** podem ser acessadas em: http://www.ictsd.org/pont_quinze/archive.htm

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de **PONTES Quinzenal** podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

